

Luciane Pereira da Silva Navarro
(Organizadora)



Bibliografia História da Mídia e da Imprensa

Atena
Editora
Ano 2019

Luciane Pereira da Silva Navarro

(Organizadora)

Bibliografia: História da Mídia e da Imprensa

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B582	Bibliografia [recurso eletrônico] : história da mídia e da imprensa / Organizadora Luciane Pereira da Silva Navarro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-605-8 DOI 10.22533/at.ed.058190309 1. Jornalismo – Bibliografia. I. Navarro, Luciane Pereira da Silva. CDD 016.0704495
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As páginas que você está prestes a ler vão conduzi-lo para além da mera constatação histórica sobre os caminhos percorridos pela imprensa nos últimos dois séculos. Os textos que compõem esta obra elástica vão levá-lo à compreensão singular de particularidades sobre o desenvolvimento da comunicação e do jornalismo sob as perspectivas política, cultural, social e histórica.

Ao percorrer os capítulos, especialmente no primeiro e último, você, leitor, encontrará textos que, habilmente construídos, suscitam a reflexão sobre as práticas comunicacionais em diferentes contextos políticos desde o Estado Novo, a Ditadura Militar até a crise recente enfrentada pelo Brasil e que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff. A amplitude temporal dos textos torna perceptível a evolução do papel dos meios de comunicação, tradicionais e alternativos, ao longo do tempo e através da evolução tecnológica. No capítulo final, em especial, a política é o pano de fundo de grande parte dos textos que, ao cabo, vão ajudá-lo a compreender tramas históricas que conduziram o jornalismo ao seu status atual, uma prática profissional em rápida e constante transformação.

As aproximações e afastamentos entre diferentes linguagens, formatos jornalísticos e práticas socioculturais estão organizadas no segundo capítulo: Mídia, Arte e Memória. Os artigos selecionados abordam desde quadrinhos, ilustração, documentarismo e street papers até jornalismo literário. Da trama tecida entre os títulos desta seção emana a compreensão do valor memorialístico do jornalismo, prática diária de registro da realidade e de escuta dos sujeitos, que contribui para a preservação da memória social.

Luciane Pereira da Silva Navarro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MÍDIA IMPRESSA, COMUNICAÇÃO E HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES E APROXIMAÇÕES	
<i>Giovana Montes Celinski</i> <i>Ivania Skura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903091	
CAPÍTULO 2	11
OS CEM ANOS DA IMPRENSA NO BRASIL: A COMEMORAÇÃO ATRAVÉS DA EXPOSIÇÃO E DOS CATÁLOGOS DO IHGB	
<i>Alvaro Daniel Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903092	
CAPÍTULO 3	23
A HISTÓRIA DA TV BRASIL ENCONTRANDO A SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Vitor Pereira de Almeida</i> <i>Iluska Maria da Silva Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903093	
CAPÍTULO 4	37
ASPECTOS DA HISTÓRIA DO JORNALISMO ESPORTIVO	
<i>Thalita Raphaela Neves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903094	
CAPÍTULO 5	50
RADIOJORNALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CURRICULAR	
<i>Lourival da Cruz Galvão Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903095	
CAPÍTULO 6	62
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: DAS TIC AOS DISPOSITIVOS MÓVEIS	
<i>Ana Graciela M. F. da Fonseca Voltolini</i> <i>José Serafim Bertoloto</i> <i>André Galvan da Silveira</i> <i>Ed Wilson Rodrigues Silva Júnior</i> <i>Lucinete Ornaqui De Oliveira Nakamura</i> <i>Paula Viviana Queiroz Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903096	
CAPÍTULO 7	74
O SURGIMENTO DA IMPRENSA EM MATO GROSSO E EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Danusa Santana Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903097	

CAPÍTULO 8	85
DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS A PARTIR DE JORNAIS ESTADUNIDENSES DO SÉCULO XIX	
<i>Juliana de Kássia de Oliveira Angelim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903098	
CAPÍTULO 9	97
DA ILUSTRAÇÃO À TELA DA TV: A EVOLUÇÃO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NAS REVISTAS BRASILEIRAS	
<i>Talita Souza Magnolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0581903099	
CAPÍTULO 10	114
CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO LITERÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE PÓS-MEMÓRIAS NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA DO SÉCULO XX	
<i>Flávia Arruda Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030910	
CAPÍTULO 11	123
O DOCUMENTÁRIO XICO STOCKINGER COMO LUGAR DE MEMÓRIA	
<i>Alini Hammerschmitt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030911	
CAPÍTULO 12	132
JORNALISMO NA ERA DOS TESTEMUNHOS: UMA CHANCE DE APRENDER COM O CINEMA	
<i>Cristine Gerck Pinto Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030912	
CAPÍTULO 13	145
OS <i>STREET PAPERS</i> COMO INSTRUMENTOS DE RESGATE DO CIDADÃO EM VULNERABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE CASO DA REVISTA OCAS”	
<i>Franklin Larrubia Valverde</i>	
<i>Marília Gomes Ghizzi Godoy</i>	
<i>Rosemari Fagá Viégas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030913	
CAPÍTULO 14	156
CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA DO BRASIL - A IMPLANTAÇÃO DA TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11: EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER	
<i>Maria Clara de Azevêdo Angeiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030914	

CAPÍTULO 15	169
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PODER E REBELDIA NO JORNALISMO IMPRESSO NO COMEÇO DO SÉCULO XX – LITERATURA E ANARQUISMO EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA	
<i>Manuel Marquez Viscaíno Jr</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030915	
CAPÍTULO 16	183
CORRESPONDENTES BRASILEIROS NA SEGUNDA GUERRA E A SAÍDA PARA TRÊS TIPOS DE CENSURA	
<i>Rosamary Esquenazi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030916	
CAPÍTULO 17	192
IMPrensa ALTERNATIVA E NEOPENTECOSTALISMO: ESTRATÉGIAS PARA UM MOMENTO DE CRISE POLÍTICA	
<i>Matheus Lobo Pismel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030917	
CAPÍTULO 18	202
PORTFÓLIO DE ORLANDO BRITO: O FIM DA ERA DILMA NA REVISTA PIAUÍ	
<i>André Melo Mendes</i> <i>Mírian Sousa Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05819030918	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

RADIOJORNALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CURRICULAR

Lourival da Cruz Galvão Júnior

Universidade de Taubaté – UNITAU

Taubaté / SP

Centro Universitário Módulo

Caraguatatuba / SP

RADIOJOURNALISM IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF CURRICULAR EVOLUTION

RESUMO: Compreender os aspectos atuais relativos à formação em Radiojornalismo no Brasil exige identificar, no passado, elementos que moldaram a configuração vigente de uma disciplina específica do sistema de ensino superior que habilita futuros profissionais a atuarem em uma mídia que tem por constituição natural a emissão sonora. A partir desse pressuposto parte-se à análise do processo de evolução curricular, nos cursos superiores de Jornalismo, da formação acadêmica em Radiojornalismo. Tem-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental que permitiu observar um percurso histórico de viés humanístico-técnico-profissional que direciona-se, na contemporaneidade, para um modelo de ensino envolvido em um contexto de reavaliação e de reposicionamento perante a realidade da formação em Radiojornalismo, principalmente no que tange às potencialidades digitais disponíveis à ampliação da presença desse modelo de jornalismo junto aos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Radiojornalismo; Formação; História; Currículos.

ABSTRACT: Understanding the current aspects of training in Radiojournalism in Brazil requires identifying, in the past, elements that shaped the current configuration of a specific discipline of the higher education system that enables future professionals to act in a media that has a natural constitution as the sound emission. From this assumption we start with the analysis of the process of curricular evolution, in the superior courses of Journalism, of the academic formation in Radiojournalism. It has as a methodological procedure the bibliographic and documentary research that allowed to observe a historical course of humanistic-technical-professional bias that is directed, contemporaneously, to a teaching model involved in a context of re-evaluation and repositioning before the reality of training in Radiojournalism, especially with regard to the digital potential available to the expansion of the presence of this model of journalism with the public.

KEYWORDS: Radiojournalism; Formation; Story; Resumes.

A projeção do futuro exige, como ocorre na atualidade, um novo repensar sobre as formas de produção de conteúdos comunicacionais

para o rádio em todos os seus formatos e modelos, dentre eles o jornalístico. Das primeiras transmissões analógicas ao despontar da era digital, o jornalismo radiofônico mobilizou e cativou indivíduos que agora dispõem de novas possibilidades de acesso às mais diversas informações em áudio que também podem ser acessadas por diversos outros artefatos tecnológicos. Um dos mais populares no Brasil é o *smartphone*, que atingiu em 2017 a marca de 208 milhões de aparelhos, ou seja, um para cada habitante do país. O cenário contemporâneo torna o Radiojornalismo acessível a um imensurável público que, em épocas passadas, tinha apenas o aparelho de rádio valvulado e depois transistorizado como único aparato para obtenção de conteúdos sonoros.

A velocidade em que as transformações ocorrem, modificando o rádio e a maneira como ele se relaciona com os indivíduos revela-se como desafio à formação de jornalistas que, porventura, atuarão neste segmento. Dessa forma, entende-se como oportuna a análise do processo de desenvolvimento histórico da formação em Radiojornalismo, com vistas a possibilitar discussões que apontem para uma reconfiguração próxima às necessidades presentes e futuras não apenas das emissoras, mas dos futuros profissionais e do público.

Tem-se assim, como ponto de partida deste trabalho o período de transição entre os séculos XIX e XX, quando começa a prática do jornalismo no Brasil, caracterizada então como amadora por comportar poucas especializações e por não obedecer as divisões sistematizadas de funções e de tarefas relacionadas ao processo de produção da notícia. O *Correio Braziliense*, editado em Londres, Inglaterra, por Hipólito José da Costa entre 1808 a 1822 era a expressão do experimentalismo vigente à época, assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro impresso no país também de 1808, que revelava fragilidade jornalística principalmente por ser produzido na oficina tipográfica oficial trazida ao Brasil pelo regente Dom João VI que, na companhia da família real, deixou Portugal durante as invasões napoleônicas na Europa (COSTELLA, 1984, p.92).

Outra nuance advinda dessa conjuntura era o exercício do jornalismo, visto como trampolim para ascensão social em um país em transformação principalmente por causa da substituição do regime monárquico pelo republicano. Conforme Marques de Melo (2000), atuar com jornalismo facilitava o acesso à carreira na burocracia estatal ou na política, modelando a área como conveniente àqueles que aspiravam posições de liderança na sociedade brasileira. A industrialização da imprensa, entretanto, ocasionou um lento processo de profissionalização e fez com que o jornalismo praticado em grande parte por literatos ou bacharéis das faculdades de Direito exigisse formação de caráter específico.

A primeira proposta para viabilizar a formação de jornalistas profissionais foi tardia e não surgiu de órgão governamental ou do setor patronal. Ela foi classista, sendo apresentada em 1908 no ato de instalação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Dentre outras prioridades, a entidade discutiu a urgência na criação

de cursos para formação universitária de jornalistas, com a intenção de proporcionar conhecimento científico sobre a atividade aos iniciantes e aos profissionais na ativa. Apenas em 1918 a entidade elaborou e aprovou um projeto detalhado sobre o assunto, que foi apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro dos Jornalistas realizado naquele mesmo ano, no Rio de Janeiro. A proposta sugeria a criação de uma escola de Jornalismo que ficaria sob a responsabilidade da ABI, que ainda cuidaria da estrutura do curso. A escola sequer chegou a ser implantada, mas o assunto continuou merecendo atenção de dirigentes da entidade, como Barbosa Lima Sobrinho, que demonstrou no livro *O problema da imprensa*, de 1923, preocupação com a qualidade do jornalismo, apontando como alternativa o exemplo dos norte-americanos que instituíam escolas para a formação de jornalistas (MARQUES DE MELO, 1974, p. 16). As intenções não saíram do papel, em grande parte, devido ao conservadorismo educacional da primeira república brasileira.

O decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, determinou a criação do estatuto das universidades brasileiras e atribuiu ao ensino universitário a finalidade de elevar o nível da cultura geral dos estudantes, estimulando a investigação científica nas mais diversas áreas do conhecimento humano e habilitando o exercício de atividades que requeressem preparo técnico e científico superior. Neste contexto se consolidam projetos visando à formação de jornalistas, como a implantação de uma cátedra de Jornalismo, então ligada à Universidade do Distrito Federal – a UDF, no Rio de Janeiro, exposto em abril de 1935. A instituição, formada por um instituto de educação e de escolas de ciências, de economia e direito, de filosofia e letras e do instituto de artes, ofereceria cursos inéditos no ensino superior brasileiro, dentre eles Jornalismo e Publicidade (MARQUES DE MELO, 2000, p. 84). As aulas, que dispunham de professores franceses e brasileiros não atendiam aos parâmetros reivindicados pela ABI, já que eram oferecidas por uma instituição educacional voltada a formação autônoma – e não específica – de jornalistas. Dentre outros propósitos, o curso revelava em sua estrutura a intenção de refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa, correlacionando o Jornalismo e a Publicidade.

A estratégia da ABI para efetivar a criação da Escola de Jornalismo orientou-se no sentido de reivindicá-la junto ao Estado, amarrando-a no estatuto de regulamentação da profissão de jornalista. Assim, a criação do curso pioneiro da UDF permitiu que a ABI obtivesse de Getúlio Vargas, presidente à época, o compromisso de manter escolas para formar novos jornalistas (MARQUES DE MELO, 2000, p. 84). A cátedra foi designada ao jornalista Costa Rego, então secretário de redação do *Correio da Manhã*, jornal carioca considerado um dos principais formadores de opinião do país. Apontado por Marques de Melo (2000, p. 86) como primeiro catedrático brasileiro de Jornalismo, Costa Rego empreendeu na Universidade do Distrito Federal enfoque pedagógico que se assemelhava menos ao modelo norte-americano e mais às experiências europeias que tinham diretrizes de valorização da formação humanística e o estímulo dos valores éticos dos profissionais (*op. cit.*, p. 87).

Desarticulada em 1939 por conta da extinção da UDF no governo ditatorial de Getúlio Vargas, o *Estado Novo*, a cátedra demonstrou o propósito em estimular ações efetivas que visassem à capacitação jornalística a partir de preceitos educacionais. Apesar de ser o responsável pelo fim da cátedra da UDF, o governo de Vargas atendeu aos anseios da ABI ao instituir, em 1938, pelo decreto-lei 910, o ensino superior de Jornalismo, integrando-o na estrutura universitária brasileira como setor vinculado às Faculdades de Filosofia. As escolas para preparação de jornalistas tinham como propósito capacitar profissionais aptos a atuar na imprensa e, para tanto, deveriam organizar e sistematizar esse ensino (MARQUES DE MELO, 1974, p. 19). A criação dessas escolas ainda determinava que os profissionais formados fossem obrigados a fazer a inscrição no Registro da Profissão Jornalística, uma vez que era preciso apresentar, no ato do registro, diplomas do curso superior de jornalismo ou exames prestados em escolas. Entretanto, o ensino só teria suas diretrizes pedagógicas estabelecidas em 1946, quando o Ministério da Educação fixou uma estrutura curricular e definiu outras providências de natureza didática, contanto para isso com a assessoria da ABI (*Idem, Ibidem*).

Outro episódio relevante à qualificação profissional foi a realização em São Paulo, em 1943, de um curso livre de jornalismo patrocinado pela Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo – APISP. A iniciativa levou a publicação, em 1945, do livro *Curso de Jornalismo* editado pelo advogado e jornalista Vitorino Prata Castelo Branco. A obra sistematizava o ensino de jornalismo, dando oportunidade aos interessados em aprender a profissão. No curso, o aprendiz a jornalista era desafiado a dominar técnicas da área e a desenvolver o senso crítico e a responsabilidade social. Os 12 capítulos do livro foram vendidos separadamente como fascículos publicados na revista mensal *Cursos*, que era editada por Vitorino e circulava em todo Brasil (*Idem, Ibidem*).

Os conteúdos eram expostos no formato de lições que abordavam técnicas jornalísticas e que ofereciam resumos históricos e uma série de exercícios práticos. A obra, apesar de posteriormente ser considerada como pioneira e relevante à elaboração dos conteúdos programáticos dos primeiros cursos de Jornalismo no país, sendo apontada por Vitorino Prata Castelo Branco como a primeira do gênero a ser publicada em Língua Portuguesa, foi criticada pelo Sindicato dos Jornalistas, que solicitou a então secretaria de Segurança Pública a suspensão da publicação, por considerá-la voltada exclusivamente a objetivos comerciais (MARQUES DE MELO, 1974, p. 18).

A inclusão oficial do curso de jornalismo no sistema de ensino superior do Brasil aconteceu em 13 de maio de 1943 com a promulgação do Decreto-lei nº 5.480, assinado por Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema. O ato atribuiu à Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro o oferecimento do curso em cooperação com a ABI e os sindicatos dos jornalistas e das empresas jornalísticas. Porém, as atividades naquela instituição tiveram início tardio,

em 1948, por causa da publicação do decreto 22.245 de 6 de dezembro de 1946, que regulamentou o decreto-lei anterior .

De acordo com o decreto, as aulas dos cursos de jornalismo seriam ministradas em três anos e deveriam promover a formação, o aperfeiçoamento e a extensão cultural. Dentre as primeiras disciplinas escolhidas para o curso destacavam-se Português e Literatura, Francês ou Inglês, Geografia Humana, História da Civilização, Ética e Legislação de Imprensa, Sociologia, História do Brasil, História da Imprensa, Noções de Direito, Técnicas de Jornalismo, Economia Política, Psicologia Social e Organização e Administração de Jornal. A disponibilização dos conteúdos técnicos e teóricos era discrepante em relação às ações de caráter prático, pois ocorreriam fora do ambiente escolar, mediante a realização de estágios obrigatórios em organizações jornalísticas.

A formação de jornalistas por instituições de ensino superior no Brasil começou de forma efetiva em 1947 na Fundação Cásper Líbero, que firmou convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O curso pioneiro, agregado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento até o fim de 1971, tornou-se autônomo e autorizado a utilizar a denominação de Escola em 1958, oferecendo, um ano depois, cursos de pós-graduação em nível de especialização e de aperfeiçoamento. O nome foi alterado em 1972 para Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero que incorporou, além do curso de Jornalismo, os de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Em 2002, a instituição abriu o curso de Rádio e TV e, em 2003, o curso de graduação em Turismo teve seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação (KOSHIYAMA, 2007).

A CONSOLIDAÇÃO DO RADIOJORNALISMO NAS BASES CURRICULARES

A Faculdade de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, bem como o curso criado em 1948 na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro – depois UFRJ, indicaram a opção por um modelo de ensino baseado na corrente pedagógica norte-americana que observava a orientação humanístico-técnico-profissional. Segundo Beltrão (1972, p. 109), os casos brasileiros mostravam tendência mais humanística do que técnico-profissional, condição resultante da falta de equipamentos nas escolas, da inexperiência didática e do limitado conhecimento teórico dos primeiros docentes oriundos, em grande maioria, das redações e de outras áreas correlatas.

Segundo Beltrão (1972, p. 109), a Faculdade de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, bem como o curso criado em 1948 na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro – depois UFRJ, indicaram a opção por um modelo de ensino baseado na corrente pedagógica Norte-americana de orientação humanístico-técnico-profissional. O autor relata que os casos brasileiros mostravam tendência mais humanística do que técnico-profissional, condição resultante da falta de equipamentos nas escolas, da inexperiência didática e do limitado conhecimento teórico dos primeiros docentes,

que eram provenientes, em grande maioria, das redações e de outras áreas correlatas.

Nesta circunstância, a formação em Radiojornalismo caracterizou-se embrionária e à merce de adaptações. Exemplo disso era a atuação, na Casper Líbero, de um profissional de rádio que era produtor, locutor e ator, mas que tinha formação universitária em Direito e que foi chamado a lecionar:

Convidado para ocupar uma cátedra, em uma semana expôs tudo que sabia e ficou impossibilitado de orientar a classe. Como era de um caráter honesto, demitiu-se – o que nem sempre ocorre com professores, que sem tarimba no magistério e sem qualquer curiosidade para com os métodos pedagógicos, continuam ditando classes, como se estivessem em uma tribuna parlamentar no exercício de uma ação procrastinadora (BELTRÃO, 1972, p. 109).

Após a criação dos primeiros cursos de jornalismo, ações de intervenção do Estado no sentido de regulamentar os currículos tornaram-se cada vez mais evidentes e constantes. Um desses atos ocorreu em 1961 com a criação da lei 4.024 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho Federal de Educação – CFE, órgão que tinha a competência de fixar o currículo mínimo dos cursos superiores. Entre 1962 a 1984, a legislação que normatizou a área da Comunicação Social com relação aos currículos implantados foi composta por cinco pareceres do CFE e três resoluções do Ministério da Educação. Como resultados dos atos normativos foram criados, no Brasil, cinco currículos mínimos que atenderam ao Jornalismo e, posteriormente, a área da Comunicação Social.

O primeiro currículo mínimo do curso de Jornalismo foi criado em decorrência do parecer 323/62, que revelou a tendência de formar profissionais de imprensa, de rádio e de televisão. As disciplinas foram denominadas de forma global, podendo ser desdobradas. As de caráter geral eram obrigatórias, enquanto as técnicas previam atividades práticas que seriam realizadas durante estágio em redações de jornal, emissoras de rádio e televisão e empresas de publicidade. Não há, contudo, indicação explícita dos conteúdos programáticos relativos a formação em Radiojornalismo (MOURA, 2002, p. 83).

O segundo currículo mínimo, implantado pelo parecer 984/65, ampliou a duração do curso, que passou a atender a três níveis: cultural (formado por disciplinas de formação humanística), fenomenológico (com matérias teóricas voltadas à área da Comunicação) e instrumental (com disciplinas técnicas ou de especialização). O Radiojornalismo é citado apenas – e indiretamente – no segundo currículo mínimo como Jornalismo Radiofônico, sendo incluído à grade curricular na modalidade transmissão de notícias.

A segunda reformulação curricular visava, de acordo com o documento, a formação de profissionais polivalentes e que atuassem em modalidades noticiosas diversas, como jornalismo diário, periódico, ilustrado, televisionado, cinematográfico, publicitário e relações públicas. Nas matérias técnicas e práticas o parecer determinou

a aplicação de exercícios para treinamento que deveriam ser feitos em laboratórios pertencentes às instituições de ensino ou entidades conveniadas aos cursos. Nesses locais, o parecer indicava a obrigatoriedade na elaboração de um jornal impresso e de programas de rádio e televisão. Haveria ainda uma disciplina de redação que complementaria o estudo da Língua Portuguesa e outras disciplinas complementares poderiam ser acrescentadas ao currículo mínimo de jornalismo (MOURA, 2002, p. 85).

As alterações estruturais promovidas na segunda intervenção feita ao currículo mínimo sofreram a influência direta do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina – CIESPAL, entidade vinculada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, com sede em Quito, no Equador. Uma das contribuições desse órgão foi a realização de seminários para o desenvolvimento de estudos de Comunicação Social promovidos em 1965 em cinco cidades da América Latina: Medellín, Colômbia; Cidade do México, México; Buenos Aires, Argentina; e Rio de Janeiro, Brasil.

Os seminários tiveram apoio da ABI e a participação de profissionais e docentes brasileiros, dentre eles dois renomados defensores da formação acadêmica dos jornalistas: Carlos Rizzini, professor do curso de Jornalismo da Universidade do Brasil que investigou a formação de jornalistas em diferentes partes do mundo, como nos Estados Unidos onde avaliou, nos cursos de Jornalismo de Missouri e Columbia, as estruturas curriculares com o intuito de formular propostas para um modelo brasileiro; e Luiz Beltrão – que iniciou trajetória acadêmica ao fundar, em 1961, o curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, sendo reconhecido não apenas como jornalista renomado da região Nordeste do país, mas principalmente pela visão sobre o preparo dos profissionais e pela criação de um curso de jornalismo mais adequado à realidade nacional (MARQUES DE MELO, 1974).

Os resultados dos eventos do CIESPAL mostraram-se fundamentais à renovação de escolas de Jornalismo da América Latina. No caso brasileiro, as atualizações despontaram em 1969, ano em que o Decreto-lei 972 regulamentou o exercício da profissão de jornalista. Conforme Meditsch (1999), o CIESPAL exerceu papel preponderante na formação do campo acadêmico, pois a entidade não se limitava a propor a formação de um novo tipo de profissional, mas sugeria a extinção e substituição das profissões previamente existentes. “A política do Centro influenciou a regulamentação profissional em diversos países e conseguiu unificar a linguagem acadêmica da área em todo o continente, com a boa desculpa de facilitar o intercâmbio” (*op. cit.*, p. 3).

O terceiro currículo mínimo surgiu em 1969 com a publicação do parecer 631/69 e da resolução 11/69 do CFE. Dentre as principais alterações destacaram-se a nova carga horária, nova duração e denominação do curso, que passou a ser de Comunicação Social, atribuindo aos formandos o grau de Bacharel com habilitação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Editoração. Metade

do programa era destinado a todas as habilitações, enquanto a outra metade tinha disciplinas específicas para cada habilitação (MOURA, 2002, p. 86).

O quarto currículo mínimo, estabelecido pelo parecer 1203/77, apontou três fases do ensino vigente na área de Comunicação: clássico-humanista, científico-técnica e crítico-reflexiva. Ampliaram-se também as habilitações, sendo acrescentados os cursos de Rádio e Televisão e Cinematografia.

O último currículo mínimo, instaurado pelo parecer 480/83, surgiu após trabalho de uma comissão especial formada por conselheiros, professores e, mais tarde, representantes discentes, que fizeram um levantamento junto à comunidade acadêmica e as áreas empresariais e profissionais. A resolução 02/84 fixou o currículo mínimo, estabelecendo exigências de infraestrutura para o funcionamento dos cursos. No Jornalismo, determinou-se que fossem feitas 8 edições anuais de jornais-laboratório (*op. cit.*, p. 95).

Os cursos de Comunicação Social precisaram aguardar até 1996 para que fosse criada a lei 9.394, que estabeleceu novas diretrizes e bases da educação nacional. Popularizada como Lei de Diretrizes de Base ou LDB, a normatização garantiu autonomia às instituições de ensino superior, acabando assim com a trajetória dos currículos mínimos.

Para Marques de Melo (2007), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representou um avanço e uma responsabilidade maior aos docentes compromissados com a elaboração das novas grades curriculares, agora sintonizadas com as demandas locais e regionais. Porém, muitos docentes, na visão de Marques de Melo, se acomodaram “aos modelos adotados pela burocracia acadêmica ou sutilmente impostos pelas vanguardas que integram as comissões verificadoras do Ministério da Educação” (*Idem, Ibidem*).

STATUS CURRICULAR CONTEMPORÂNEO DA FORMAÇÃO EM RADIOJORNALISMO

Atualmente, os cursos de Jornalismo estão às voltas com adequações em seus currículos depois que foi aprovada, pelo Ministério da Educação, a Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013 que estabelece novas DCNs. De acordo com o artigo 17 do documento, as alterações deverão ser implantadas, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos após a publicação, ou seja, logo após o início do segundo semestre de 2015. Dentre as principais modificações determinadas está a autonomia dos bacharelados de Jornalismo, que antes eram vinculados ao campo da Comunicação Social como habilitações, conforme indica o Artigo 5 que trata da qualificação a ser oferecida pelos cursos:

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao

pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A resolução do Ministério da Educação determina ainda a divisão equilibrada da carga horária entre ações teóricas e práticas, conforme indica o artigo 9. Houve também aumento da carga horária para o mínimo de 3.200 horas, sendo que 200 horas serão atribuídas para o estágio dos estudantes (Artigo 10), que se tornou obrigatório e supervisionado (Artigo 12). Outra mudança foi a obrigatoriedade de desenvolvimento individual dos TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso (Artigo 11) .

As novas diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo surgiram do trabalho de uma comissão de especialistas nomeada em 2009 pelo Ministério da Educação, sob a presidência do Prof. Dr. José Marques de Melo. Docente-fundador da ECA/USP, onde também atuou entre 1989 a 1993 como diretor, Marques de Melo ressaltou que as novas diretrizes resultam de um modelo brasileiro de ensino de comunicação construído nas últimas sete décadas e que tem, em sua matriz pedagógica, certa singularidade que se projeta no panorama mundial.

Criamos uma via crítico-experimental mesclando o padrão europeu com o modelo americano, ou seja, o estudo teórico com a aprendizagem pragmática e, portanto, logramos uma via crítico-experimental de ensino e pesquisa. Daí vem a pergunta: o sistema é perfeito? Absolutamente não. Ele tem muitas fragilidades, ele deve ser melhorado e é isso que nós vamos fazer a partir dessas diretrizes (FÓRUM – DEPOIMENTO DE JOSÉ MARQUES DE MELO, 2014).

A declaração feita no fórum *Diretrizes Nacionais Curso de Graduação de Jornalismo* realizado na ECA/USP em 14 de fevereiro de 2014 reforça o propósito de que a formação no novo contexto deve envolver os profissionais em questões de foro social, observando a reconfiguração dos meios. “O Jornalismo adquiriu maior complexidade, principalmente em função da convergência midiática e das transformações da sociedade. Precisamos imediatamente vencer a batalha pela inclusão educativa das maiorias incultas e iletradas que povoam o território nacional” (*Idem, Ibidem*). Para Marques de Melo, esse deve ser um dos compromissos do Jornalismo.

Outro representante da comissão responsável por elaborar as diretrizes que esteve presente no fórum realizado na ECA/USP foi o Prof. Dr. Eduardo Meditsch, da UFSC. Na ocasião, o docente declarou que a aprovação das matrizes curriculares representa uma oportunidade de aprimorar a formação de jornalistas, que devem ser capacitados para enfrentar os desafios da profissão nos mais diversos âmbitos. “Isso significa também uma mudança de rumos, uma quebra de paradigmas na maneira como a questão do ensino do Jornalismo tem sido levada no Brasil, [ensino] que tem problemas estruturais muito graves” (FÓRUM – DEPOIMENTO DE EDUARDO

MEDITSCH, 2014).

Conforme o artigo 6 das novas DCNs, a organização dos currículos de Jornalismo deve contemplar, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. O Radiojornalismo insere-se no eixo de aplicação processual (parágrafo V do artigo 6), que tem por intenção fornecer ao estudante ferramentas técnicas e metodológicas para a realização de coberturas jornalísticas em diferentes suportes: jornalismo impresso, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado. O eixo relativo à prática laboral (parágrafo VI), que se propõe a integrar os demais segmentos, define ainda a elaboração de projetos editoriais que tenham publicação efetiva e periodicidade regular, sendo o radiojornalismo uma dessas atividades destacadas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A efetivação do novo modelo educacional passa, contudo, pela realidade das salas de aula e laboratórios dos cursos de Jornalismo. Na atualidade, a formação em Radiojornalismo propõe-se a conciliar estratégias teórico/práticas com características e interesses dos diversos segmentos envolvidos nesse processo. Tornou-se comum encontrar, nos cursos, modelos metodológicos e pedagógicos particulares e heterogêneos que buscam superar as tradicionais barreiras impostas à formação em Radiojornalismo. Na avaliação de Maluly e Maciel (2013), se destacam entre esses entraves as dificuldades de infraestrutura técnica e operacional, a baixa valorização do rádio em relação às outras áreas dos cursos de Jornalismo e “o contumaz desinteresse dos estudantes pelo meio (mais grave ainda quando se trata da produção jornalística)”. Obstáculos semelhantes também são identificados por Meditsch (2001) no âmbito das instituições de ensino. “Algumas de nossas melhores escolas de Jornalismo consideram o rádio como um mero acessório, quase um enfeite, merecedor de uma mísera disciplina perdida no currículo e não levada muito a sério”.

Aos fatores apresentados acrescenta-se a frequente perspectiva pessimista que ronda o rádio, sucessivamente condenado até por pessoas que atuam nele ao desaparecimento ou a substituição por mídias digitais. É fundamental compreender que o meio se adapta a nova realidade, sendo a convergência com outras mídias no ambiente digital prova dessa evolução. A imbricação ocorrida no ambiente virtual é fundamental não apenas para motivar o processo de formação, mas principalmente para torná-lo aderente à realidade.

Emprega-se de forma coerente a esse contexto a reflexão de Meditsch (2001) de que a formação em Radiojornalismo não capacita os estudantes somente para atuar no rádio. “Quem sai dominando a linguagem do veículo se adapta muito mais facilmente tanto à expressão audiovisual quanto ao texto utilizado na internet”. De acordo com o autor, o rádio serviu como modelo para os primeiros sites noticiosos na Web, “desde o serviço de radioescuta até a edição em fluxo contínuo - porque ninguém como o rádio tinha antes o know-how de trabalhar com informação jornalística em

tempo real” (*Idem, Ibidem*).

Outro fator apontado como relevante à valorização da formação em Radiojornalismo é a possibilidade de comparar a história do rádio com a conformação das novas mídias que se estabelecem na internet. Para Meditsch, compreender o atual momento e seu processo evolutivo exige o entendimento sobre as origens e problemáticas que envolveram os meios tradicionais no decorrer da história. Tal propositura merece atenção não apenas de docentes e pesquisadores, mas também das instituições de ensino que oferecem disciplinas como o Radiojornalismo. Considera-se que tal reflexão efetivará, na prática, ações que permitam ao ensino acompanhar, em ritmo mais acelerado, a velocidade da era digital, seja no rádio, seja noutra mídia.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, L. **Estrutura curricular dos cursos de jornalismo no Brasil**. In: O ensino de jornalismo: documentos da 4ª Semana de Estudos de Jornalismo. São Paulo: ECA/USP, 1972.

COSTELLA, A. **Comunicação – do grito ao satélite**. São Paulo: Mantiqueira. 1985.

FÓRUM. **Diretrizes curriculares nacionais** - curso de graduação de jornalismo - parte 1. Depoimentos de José Marques de Melo e Eduardo Meditsch. 1h41'45”. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uUBUL5cTNT0>>. Acesso em: 28 Nov. 2014.

KOSHIYAMA, A. M. **O ensino de jornalismo**: considerações sobre a experiência da abertura curricular da ECA/USP. São Paulo: V Congresso Nacional de História da Mídia. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/O%20ensino%20de%20jornalismo%20consideracoes%20sobre%20a%20experiencia%20da%20abertura%20curricular%20da.pdf>>. Acesso em: 03 Nov. 2014.

MARQUES DE MELO, J. **Contribuições para uma pedagogia da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. **Costa Rego: o primeiro catedrático de jornalismo do Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Intercom, v. 23, n. 1, 2000.

_____. **O ensino de Comunicação: os desafios da sociedade contemporânea**. In: MATTOS, S. (org.). Comunicação plural [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. <Disponível em: books.scielo.org/id/387/pdf/mattos-9788523208943-03.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2014.

GALVÃO JÚNIOR, L. C. **O futuro hoje: a formação em radiojornalismo na era da convergência das mídias**. Tese de Doutorado defendida, em 2015, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-18052015-163058/pt-br.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017

MEDITSCH, E. **Crescer para os lados ou crescer para cima**: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1999, Rio de Janeiro. São Paulo/Rio: Intercom/JGF, 1999.

_____. **O ensino do radiojornalismo em tempos de internet**. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Campo Grande/MS, UFMS, 2001. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/.../NP6MEDITSCH.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013** que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/novas_diretrizes_curriculares_jornalismo.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2014.

MOURA, C. P. **O curso de Comunicação Social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: Ed. PUC/RS, 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciane Pereira da Silva Navarro - é jornalista formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000), com mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, também pela UEPG (2014). É especialista em Direção de Arte pelo Centro Universitário Curitiba, Unicuritiba (2005). Com 23 anos de experiência em assessoria de comunicação, foi sócia da agência A4 Comunicação por 13 anos (2001-2014). Desde 2007, leciona nos cursos superiores de jornalismo e publicidade. Foi coordenadora do Curso de Pós-graduação em Comunicação Empresarial no Cescage (2013-2017). Atuou como coordenadora de marketing das Faculdades Ponta Grossa - Cescage (2014-2017). Atualmente, é Coordenadora de Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 41, 42, 85, 86, 99, 100, 103, 107, 109, 118, 124, 128, 129, 130, 131, 136, 139, 142, 143, 147, 152, 153, 161, 165, 204, 207, 213

C

Canal 11 156, 160, 163, 165, 167

Censura 45, 78, 83, 89, 94, 157, 183, 185, 186, 187, 188, 191

Cinema 44, 85, 102, 103, 108, 109, 112, 121, 123, 124, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 153, 165, 183

Comunicação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 46, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 83, 85, 86, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 105, 108, 112, 114, 115, 118, 132, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 165, 167, 169, 180, 183, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 208, 210

Correspondentes brasileiros 183

Crise política 192, 203

D

Dilma Rousseff 193, 196, 197, 203, 209, 211, 212, 213

Dispositivos móveis 62, 63, 66, 67, 68, 70

Documentário 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 138, 140, 142, 143, 167, 168

E

Educação 4, 9, 43, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 90, 147, 156, 157, 158, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 211

Evolução curricular 50

Expressão artística 97

H

História 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 39, 41, 43, 48, 49, 50, 54, 60, 63, 64, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 110, 111, 112, 117, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 149, 151, 155, 156, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 181, 183, 186, 190, 193, 203, 204, 206, 208, 213

Histórias em quadrinhos 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Historiografia 9, 21, 98, 125, 126, 170, 180

I

Ilustração 138, 189

Imprensa 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 111, 112, 113, 120, 132, 135, 136, 151, 170, 171, 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 210

Imprensa alternativa 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201

Impresso 6, 20, 21, 37, 41, 45, 47, 49, 51, 56, 59, 79, 80, 100, 101, 103, 105, 110, 111, 169, 170, 172, 174, 176, 177, 199

J

Jornais 2, 3, 5, 6, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 57, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 109, 110, 134, 136, 146, 147, 171, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 184, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 196

Jornalismo esportivo 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Jornalismo literário 114, 119, 121

L

Lugar de memória 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130

M

Mato Grosso 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 112

Mato Grosso do Sul 74, 75, 79, 80, 81, 83, 112

Memórias 13, 92, 114, 115, 117, 118, 122, 126, 140, 141, 142, 186, 191

N

Neopentecostalismo 192, 193, 197, 198, 201

O

Orlando Brito 202, 203, 205, 206, 208, 210, 211, 212

P

Pós-memórias 115, 117

R

Radiojornalismo 50, 51, 54, 55, 57, 59, 60

Relações de poder 156, 158, 170, 172, 174, 175, 181

Representação social 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178

Revista Ocas 150, 155

Revista Piauí 205, 207, 208, 211, 212, 214

Revistas brasileiras 98, 106

S

Segunda Guerra Mundial 87, 88

Street papers 145, 146, 147, 148, 154, 155

T

Televisão 24, 25, 27, 35, 47, 55, 56, 57, 85, 89, 94, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 196, 198, 199

Testemunho 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 144

TV Educativa 156, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168

TV Universitária 156, 158, 160, 161, 165

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-605-8

